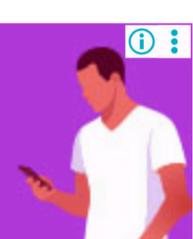




Início > Opinião

Opinião





## Acesso à Saúde: Um Direito Negado

Apesar de garantido pela Constituição, o acesso à saúde no Brasil segue negado a milhões de pessoas. Falta de gestão, desfinanciamento e ineficiência travam tanto o SUS quanto o sistema privado.

Por Josier Vilar - 31 de outubro de 2025

Receba notícias no WhatsApp e e-mail







Foto: Rovena Rosa/Agência Brasil



Josier Vilar

Médico, Empresário, Presidente do Fórum Inovação Saúde (FIS) e Presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro

"Problemas absurdos geram desafios apaixonantes."

Dom Hélder Câmara

Imaginemos que você necessite de um atendimento médico devido a uma situação clínica incapacitante que demande uma intervenção cirúrgica para colocação de uma prótese no joelho, ou que tenha

um diagnóstico de câncer de próstata ou de câncer de mama. Quanto tempo estaria disposto a esperar para ter seu problema resolvido?

Imagine que uma mulher jovem e grávida, de um parto de risco, tenha de se deslocar 150 quilômetros para ter um parto seguro, ou que uma pessoa obesa tenha de esperar dez meses para ter uma consulta com um cardiologista ou com um endocrinologista.

Situações reais como as acima são frequentes na vida diária dos cidadãos, especialmente os de baixa renda, sem que, apesar do preceito constitucional garantidor, sejam atendidos no tempo correto e nas condições que precisam ser ofertadas.

A garantia de acesso é o principal problema da saúde brasileira.

O acesso a serviços médicos assistenciais de qualidade e de forma equânime é um dever moral da sociedade.

O problema é que, na maioria das vezes, a moralidade não se sustenta sem a fundamentação econômica para sustentá-la.

Portanto, se temos dificuldade para o custeio crescente dos serviços médicos assistenciais, seja no setor privado, através dos planos de saúde, seja no setor público, através do SUS, temos de encontrar soluções que reduzam a necessidade de mais recursos financeiros para garantir a oferta dos serviços a quem necessita.

É óbvio que temos um inaceitável desfinanciamento do SUS, que impede uma maior eficiência do sistema, e um incontrolável e progressivo gasto assistencial no setor privado, que ocasiona um aumento insuportável dos planos de saúde.

Como não existe margem no orçamento da União para ampliar gastos com a saúde pública, e como as empresas, que são responsáveis pelo pagamento de 80% dos planos de saúde privados

para que seus empregados e dependentes possam ter acesso mais rápido ao atendimento que necessitam, não conseguem mais absorver os custos crescentes com saúde — cujos índices anuais têm sido muito superiores aos da inflação média brasileira —, é por um novo modelo de governança e gestão que teremos de caminhar: buscando integrar o sistema público e privado, compartilhando dados, reduzindo desperdícios e evitando redundâncias, gerando mais eficiência e eficácia no diagnóstico e tratamento.

Devemos implantar modelos assistenciais inovadores com o uso da inteligência artificial, implementar automação de processos administrativos para evitar perdas e glosas, qualificar os profissionais de saúde para o novo mundo digital da saúde e gerenciar, de forma transparente e acessível aos interessados, os sistemas de regulação — que hoje são uma verdadeira e inaceitável caixa-preta.

Temos de ter em mente que o acesso sustentável é o maior desafio da saúde brasileira.

Não temos mais espaço para desperdícios e ineficiência. O acesso à saúde é um dever moral e um direito civilizatório.

Para vencer esse desafio, temos de começar medindo o que fazemos, criando métricas e metas assistenciais.

Temos de mapear a estrutura médico-assistencial em todo o país para saber, por georreferenciamento, o que temos instalado de equipamentos diagnósticos e terapêuticos; quais, quantos e onde estão os especialistas; que tipo de leito hospitalar, geral ou especializado, possuímos; quais, quantas e onde existem as clínicas especializadas em cada cidade e região do nosso país.

Somente assim poderemos alocar corretamente os recursos, otimizar o uso de nossa capacidade

instalada e integrar o sistema assistencial de forma

eficiente e eficaz, por meio da interoperabilidade dos dados e de um modelo de economia colaborativa.

Será assim que conseguiremos dar um grande passo na integração de um verdadeiro sistema único de saúde.



## **Josier Vilar**

Médico, Empresário, Presidente do Fórum Inovação Saúde (FIS) e Presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro

o ir

Advertisement

As opiniões expressas neste artigo são de exclusiva responsabilidade do autor e não refletem, necessariamente, a posição do jornal.

Receba notícias no WhatsApp e e-mail

